

EXTRACTO DO ARTIGO 1º. DA O.S. Nº. 27 DE 26 DE MARÇO DE 1962

Artº. 1º. - DETERMINAÇÃO. Os funcionários subalternos da Polícia Judiciária, com o seu vencimento estabelecido dentro dos quadros do funciolarismo público, não podem aspirar a um nível económico que vá normalmente para além da satisfação das necessidades vitais quotidianas. Deste modo, não ganham em regra o bastante para aquisição por compra ou troca, e manutenção de uma viatura automóvel. O facto dessa aquisição pode dar lugar a suspeitas e especulações no espirito público dirigidas contra o apurmo e dignidade que o funcionário deseja briosamente defender. Por isso, determino, ouvido o Conselho de Polícia, e na defesa do bom nome e reputação do funcionário e, reflexamente, do prestígio da Corporação, que a aquisição de automóveis por parte de qualquer daqueles funcionários, feita em seu nome, no de seu cônjuge ou outra qualquer pessoa, fique sujeita à sua prévia comunicação ao Director, com indicação das fontes de vencimentos que lhe permitam a aquisição e manutenção do veículo.